



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 101

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ERON ABOUD
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Caíto Quintana
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Pedro Ivo
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romaneli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Rafael Greca - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 101

101ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Indicações	03
Requerimentos	05
Projetos de Lei	08
Pequeno Expediente:	
Dep. Elio Rusch	10
Dep. Tadeu Veneri.....	13
Dep. Waldyr Pugliesi	15
Dep. Jocelito Canto.....	17

Horário das Lideranças:

Liderança do DEM	
Dep. Elio Rusch	10
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri	14
Liderança do PMDB	
Dep. Waldyr Pugliesi	15
Liderança do PTB/PR	
Dep. Jocelito Canto.....	18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	19
Discussão/Votação	
Redação Final	19
Requerimentos	20

Encerramento da Sessão20

DIÁRIO Nº 101

101ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE OUTUBRO DE 2010

(quinta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Pastor Edson Praczyk e Plauto Miró.

Presenças:

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Chico

Noroeste, Dobrandino da Silva, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Fernando Scana-
vaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Luiz Accorsi,
Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz
Nishimori, Marcelo Rangel, Plauto Miró, Rafael Greca,
Reni Pereira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri e Waldyr
Pugliesi (28).

Ausentes os Srs. Deputados: Augustinho Zucchi,
Elton Welter, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Beti
Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Douglas Fabrício,
Edson Strapasson, Enio Verri, Fábio Camargo, Jonas Gui-
marães, Luiz Carlos Martins, Luiz Eduardo Cheida,
Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nereu Moura, Ney Lepre-
vost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello,
Rosane Ferreira e Teruo Kato (23).

Ausentes com justificativa as Sras. Deputadas Cida
Borghetti, Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Wilson
Quinteiro (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presi-
dente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba-
lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Indicações*****INDICAÇÃO Nº 171/10****SÚMULA:**

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, a extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa para a Cidade de Piraí do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Nildo José Lübke, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, situada na Cidade de Ponta Grossa para a Cidade de Piraí do Sul.

A Universidade Estadual de Ponta Grossa foi criada em 28/01/70, através da Lei nº 6034/69, localiza-se na Região Centro-Sul e é resultado da incorporação das faculdades estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente.

A presente indicação justifica-se pelo fato de que a extensão do *campus* da Universidade Estadual de Ponta Grossa para a referida Cidade resultaria em um significativo desenvolvimento social e cultural para a região, assim como na expansão do alcance da universidade.

A Cidade de Piraí do Sul, que tem uma população de 21.647 (vinte um mil, seiscentos e quarenta e sete) habitantes, encontra-se a uma distância aproximada de 75 quilômetros da Cidade de Ponta Grossa, ou seja, é uma distância significativa para os alunos estudantes da universidade e moradores de Piraí percorrerem todos os dias indo e voltando da instituição de ensino.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 172/10**SÚMULA:**

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná a pavimentação da PR-364 que liga os Municípios de Irati e São Mateus do Sul.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A pavimentação asfáltica da PR-364 que liga os Municípios de Irati e São Mateus do Sul, e possui uma extensão de 48 quilômetros.

A presente proposta justifica-se pelo fato de que existe uma grande necessidade da melhoria da PR-364, para o auxílio no escoamento da produção, para a prevenção de acidentes e, principalmente para o incentivo ao desenvolvimento da Região Centro-Sul do Estado.

As péssimas condições da estrada de chão prejudicam estudantes e trabalhadores que precisam realizar esse percurso diariamente, e é a única ligação a Cidade de Irati que ainda não possui pavimentação.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 173/10**SÚMULA:**

Propõe a pavimentação asfáltica das vias de acesso da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO no Município de Irati no Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Nildo José Lübke, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A pavimentação asfáltica do *campus* da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, situado no Município de Irati.

A presente indicação justifica-se pelo fato de que o *campus* situado no Município de Irati apresenta defasagem com relação as vias de acesso aos vários setores da instituição.

A UNICENTRO foi criada através de decreto em 13/06/90, e desde então possui um importantíssimo papel cultural e social para o nosso Estado. Desta forma, o atendimento à presente proposta representaria um incentivo a continuidade dos trabalhos feitos por essa instituição, bem como facilitaria o trânsito dentro do *campus* da universidade dos alunos, professores e visitantes.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 174/10

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, a extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa para a Cidade de Imbituva no Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Nildo José Lübke, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, situada na Cidade de Ponta Grossa para a Cidade de Imbituva no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Ponta Grossa foi criada em 28/01/70, através da Lei nº 6034/69 e abrange 22 (vinte dois) Municípios em sua área de influência. Localizada na Região Centro-Sul resultou da incorporação das faculdades estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente.

A Cidade de Imbituva possui uma população de 27.052 (vinte e sete mil e cinquenta e dois) habitantes, sendo que grande parte da população estuda na Universidade Estadual de Ponta Grossa, e desta forma, percorrem um longo trajeto todos os dias de sua residência até a universidade. Além da dificuldade verificada por esses alunos, cabe salientar que este fato implica também na desistência de muitos jovens que pretendiam cursar o ensino superior.

A presente indicação justifica-se, assim, pelo fato de que a extensão do *campus* da Universidade Estadual de Ponta Grossa para a referida Cidade resultaria em um significativo desenvolvimento social e cultural para a região, assim como na expansão do alcance da universidade.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

INDICAÇÃO Nº 175/10

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, a extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa para a Cidade de São Mateus do Sul no Estado do Paraná.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Nildo José Lübke, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, situada na Cidade de Ponta Grossa para a Cidade de São Mateus do Sul no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A Universidade Estadual de Ponta Grossa criada em 28/01/70, através da Lei nº 6034/69 localiza-se na Região Centro-Sul e é resultado da incorporação das faculdades estaduais já existentes e que funcionavam isoladamente.

A presente indicação justifica-se pelo fato de que a extensão do *campus* da Universidade Estadual de Ponta Grossa para a referida Cidade resultaria em um significativo desenvolvimento social e cultural para a região, assim como na expansão do alcance da universidade.

A Cidade de São Mateus do Sul encontra-se a uma distância aproximada de 125 quilômetros da Cidade de Ponta Grossa, desta forma os alunos que visem ingressar no ensino superior público verificam a necessidade de percorrer este longo trecho todos os dias.

A expansão do *campus* da universidade para esta Cidade, além de facilitar o acesso aos alunos, resultaria em um incentivo a futuros estudantes e evitaria a desistência de muitos jovens que não ingressam em uma universidade devido a dificuldades como estas.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

INDICAÇÃO Nº 176/10

SÚMULA:

Propõe a construção de um ginásio de esportes no *campus* de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Nildo José Lübke, Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente à V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

A construção de um ginásio de esportes no *campus* situado no Município de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste.

O *campus* da UNICENTRO situado no Município de Irati apresenta cursos nos setores de Ciências Agrárias e Ambientais; Ciências Humanas, Letras e Artes; Ciências Sociais Aplicadas; e Ciências da Saúde, que engloba os cursos de Educação Física, Fonoaudiologia e Psicologia.

A presente indicação justifica-se devido ao fato de que o cursos de Educação Física não obtem o suporte educacional necessário devido a falta de uma estrutura desta natureza.

O ginásio de esportes além deste suporte educacional ao curso de Educação Física implicará também em

benefícios para toda comunidade acadêmica, como o lazer e a prática de esportes em local adequado.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

INDICAÇÃO Nº 177/10

SÚMULA:

Sugere alteração da Lei nº 13964 de 20/12/02.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual, que abaixo subscreve, dirige-se respeitosamente a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

A alteração da Lei nº 13964 de 20/12/02 que concede desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais e artísticos para doadores de sangue.

O referido dispositivo de lei é meramente autorizatório, ou seja, não existe uma efetiva obrigação de que o desconto aos doadores seja concedido. Desta forma, o que se sugere é a alteração do artigo 1º da Lei nº 13964/02 para que passe a vigorar da seguinte forma:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo obrigado a instituir a meia entrada para doadores regulares de sangue em todos os locais públicos de cultura, em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, esporte e lazer do Estado do Paraná.”

Com a referida alteração a meia entrada aos doadores será obrigatória, e desta forma o objetivo do dispositivo será alcançado, pois até então muitos locais públicos de cultura não vem fornecendo o referido desconto.

A doação de sangue é um ato simples e seguro, que representa uma importância extremamente relevante à saúde populacional, assim o mérito deste dispositivo de lei é inquestionável, pois pretende uma forma de incentivo a comunidade doadora, e principalmente, a futuros doadores.

Assim, diante do exposto e devido a importância da presente proposta solicito que V. Exa. determine os estudos de sua viabilidade.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(aa) MARCELO RANGEL

LUIZ CARLOS MARTINS

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3583

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada da Ordem do Dia de hoje, 14/10/10, por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº

460/08, que concede 20% de desconto no transporte coletivo intermunicipal para idosos.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Solicitamos a retirada do referido projeto para melhor avaliarmos o seu objeto, tendo em vista que chegou ao nosso conhecimento de que dispositivo legal em vigor que trata de idêntica matéria já beneficia no mesmo sentido a população que se pretende contemplar.

REQUERIMENTO Nº 3584

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER depois de ouvido o douto Plenário, justificativa de ausência da Deputada Luciana Rafagnin na Sessão Plenária que se realizará hoje, em razão de estar participando de uma Plenária da FETRAF-SUL - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul/CUT, em Chapecó/SC, onde estará representando a Comissão de Agricultura desta Casa.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO Nº 3596

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, justificativa de ausência em Sessão Plenária nos dias 04, 05 e 06 de outubro do corrente ano, data em que tive que ausentar-me em razão de compromissos pré-agendados.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3595

Senhor Presidente:

Solicitamos o uso do plenarinho da Assembleia Legislativa para a realização do Seminário sobre Servidor Público no Paraná no dia 28/10/10, com início às 9h e término às 17h, atividade realizada pelo Fórum dos Servidores do Estado do Paraná em conjunto com este mandato.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 3581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado, na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em 05 de outubro do corrente ano, do Sr. Sebastião Souza Côrtes.

Sebastião era filho de Paulino de Siqueira Côrtes (primeiro farmacêutico de São José dos Pinhais) e Ernes-

tina Macedo de Souza Côrtes, e irmão de Efygenia, Francisca, Mary, Ernestina e José Carlos, toda família dedicada ao magistério.

Começou sua vida como funcionário do IBGE, no interior do Paraná. Assumiu em 1945 a administração da construção da Base Aérea, hoje Aeroporto Internacional Afonso Pena, onde cuidava de tudo, até da alfabetização dos funcionários - a muitos ensinou ler, escrever e fazer conta. A construção terminou em 1954.

Concursado para o Tribunal de Contas do Paraná, exerceu a difícil missão de fiscal de rendas e impostos em São José dos Pinhais, Agudos do Sul, Tijucas do Sul e Mandirituba onde era muito estimado, pela sua pedagogia de ensinar e convencer empresários da responsabilidade tributária.

Aposentou-se no Tribunal de Contas, onde fazia parte da equipe que conferia as contas das Prefeituras do Paraná, em 1966. Fundou o jornal Folha de São José, que até 1985 divulgou fatos do desenvolvimento da Cidade, recebendo inúmeras homenagens como jornalista e participante das diversas atividades das sociedades sãojoseense e curitibana.

Contribuiu com suas ideias nacionalistas e patrióticas por meio de textos para jornais, como a Gazeta do Povo e Estado do Paraná, inclusive sugerindo, com texto próprio, ao Deputado Federal Aldo Rebelo, autor do projeto da preservação da língua portuguesa, sem a influência do barbarismo de línguas estrangeiras. Era assíduo leitor e incentivador do jornal São José Metrópole e da Gazeta do Povo. Revistas e livros sempre fizeram parte do seu dia.

Sebastião Souza Côrtes teve uma intensa participação nas áreas cultural, social e educacional da Cidade de São José dos Pinhais. Juntamente com o amigo Ernani Zétola foi um dos fundadores do Museu Atílio Rocco. Participou ativamente da criação da Fundação Pompílio Vacari, do Centro Social Padre Arnaldo Jansen, do Colégio Estadual Padre Arnaldo Jansen, da Creche Padre Arnaldo Jansen, sendo um dos seus mantenedores durante 28 anos; do Lions Clube de São José dos Pinhais; e vários educandários.

Recebeu o título de Cidadão Honorário da Câmara de Vereadores de São José dos Pinhais, homenagem do Aeroporto Afonso Pena e do Tribunal de Contas do Paraná. Em 2009 recebeu a grata homenagem de ter seu nome no Concurso de Fotografia Sebastião Côrtes, da Secretaria Municipal da Cultura, lembrando sua paixão de registrar, como fotógrafo amador, principalmente a natureza.

Sebastião deixa sua passagem marcada entre os que o conheceram por sua conduta simples, solidária e amiga. Tinha como principal objetivo servir o próximo, onde prestou grande colaboração ao Município com seu conhecimento, convívio e participação. Deixa viúva a Sra. Jacy Pompeu Sá Côrtes.

Romântico, nos 67 anos de casamento nunca esqueceu de presentear com flores e mimos sua amada,

escrevendo cartões de carinho em todas as oportunidades. Com a inseparável companheira de todas as horas, criou, educou e formou os quatro filhos - Kátia, casada com Wilson Santos; Admar, casado com Rosiclea; Gracia, casada com Adilson Matoso, e Paulinho Neto, legando bons exemplos de honestidade e caráter aos 15 netos - Constance, Ubirajara, Irapuan, Diva, Tadeu, Cristiano, Lorimeri, Adriano, Yeda, Aldrian, Florence, Alexandre, Paola, Isis e Leandro. Também teve 16 bisnetos e três tataranetos.

Sua passagem deixa exemplo de convivência de amor a seus familiares e a todos que tiveram a grande oportunidade de lhe conhecer. A família, que desfrutou de sua convivência tão sublime, recebeu ampla manifestação de sentimento de pesar pelo seu falecimento.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) FRANCISCO BÜHRER

REQUERIMENTO Nº 3588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Nair Teixeira Dias Maia Areias, ocorrido no mês de setembro de 2010.

Dona Nair Portuguesa, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Expressiva senhora da sociedade. Mãe que teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas, a bondade cristã espelhada no ser humano que deixará saudade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3589

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Sheyla Stachelski, ocorrido no mês de setembro de 2010.

Dona. Sheyla, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Expressiva senhora da sociedade. Psicopedagoga que tinha como marca, a forte espiritualidade. Mãe que

teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas, a bondade espelhada no ser humano que deixará saudade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Hertha Ruth Tribess, ocorrido no mês de setembro de 2010.

Oma, como era conhecida e chamada por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Expressiva senhora da sociedade. Mãe que teve na família e no amor ao próximo suas maiores riquezas, a bondade espelhada no ser humano que deixará saudade.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de profundo pesar, pelo falecimento de Pe. Raimundo Kröth, ocorrido no mês de outubro de 2010.

Pe. Raimundo, como era conhecido e chamado por todos, deixará saudades. Era pessoa reconhecida e querida pela comunidade.

Foi diretor do Colégio Nossa Senhora Medianeira. Pessoa de personalidade forte, visionária, reflexiva e analítica. Educador, amigo e conselheiro de todos que passaram pelo colégio, alunos e professores que tinham na sua imagem, um exemplo a seguir.

Todos temos que enfrentar a morte um dia. Mas temos certeza de que de fato ela não existe. Pois confiamos na promessa de vida eterna feita por Jesus Cristo.

A vida não começa no berço e não termina no túmulo ou em cinzas. A morte é o momento em que fazemos desta certeza uma convicção.

Requer ainda, o envio de correspondência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) NEY LEPREVOST

REQUERIMENTO Nº 3594

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após aprovação do Plenário o envio de voto de congratulações ao Presidente do Chile, Sebastián Piñera, pelo sucesso das operações desenvolvidas para o resgate dos mineiros operários da Mina São José, localizada no Deserto do Atacama.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O mundo inteiro acompanhou apreensivo e esperançoso, o resultado do salvamento dos 33 trabalhadores soterrados a 625 metros de profundidade numa das galerias da Mina São José, no Atacama, Chile.

Esta Assembleia Legislativa do Paraná, orgulhosamente se apresenta ao Sr. Sebastián Piñera, Presidente da República Chilena, para cumprimentá-lo, e por seu intermédio, todo o povo do seu País, pela demonstração de competência, de solidariedade e de fé cristã que acompanharam todo o calvário dos nossos irmãos em Cristo, dedicados à tarefa de extração de minérios.

Foram quase 70 dias que separaram o desastre do soterramento do dia de hoje, o dia da salvação das 33 heróicas vidas, para gozo de todas as suas famílias, do admirável povo chileno e da gente do mundo todo.

REQUERIMENTO Nº 3592

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilmo. Sr. Bernardo Vieira Hees, MD. Diretor-Presidente da ALL - América Latina Logística, solicitando providências urgentes, visando a instalação de uma cancela e o funcionamento do semáforo na linha férrea, no ponto que cruza a rodovia Miguel Buffara, na entrada do Município de Morretes.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação que ora formulamos, atende apelo da população de Morretes e Antonina, de vez que pela referida rodovia há um grande fluxo de veículos leves e pesados, bem como de pedestres no ponto em referência, onde ocorreram vários acidentes fatais pela falta de sistema de sinalização ou outro similar, fundamental para garantir a segurança da população desses Municípios, bem como de turistas que frequentam as referidas Cidades.

Salientamos que o último acidente, ocorrido no mês de setembro, resultou na morte de um jovem residente do Município de Antonina, quando o veículo trafegava colidiu com um trem no citado local.

Diante do exposto, é imprescindível que providências sejam tomadas pela empresa com a menor brevidade possível, visando garantir a segurança dos usuários da referida via.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 431/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Habitação Social, destinado a famílias de baixa renda no Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Para os efeitos desta lei, considera-se família de baixa renda a que aufera renda mensal igual ou inferior a 3 (três) salários-mínimos vigentes no País.

Art. 2º Para participarem dos financiamentos para execução dos programas habitacionais de interesse social, os Municípios deverão ter política habitacional própria, com projetos aprovados pelo órgão competente, mediante convênio firmado entre as partes.

Art. 3º Os programas habitacionais deverão ser desenvolvidos por associações comunitárias ou cooperativas habitacionais, sobre área de propriedade do Estado, do Município ou própria.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Este projeto visa permitir que os menos favorecidos tenham condições de adquirir sua moradia própria, a preços acessíveis, por meio das políticas habitacionais adotadas pelos Municípios, bem como a fixação do homem no campo por meio de medidas simples que lhe permitam ter acesso a construções comunitárias e de interesse social nos pequenos vilarejos, como armazéns comunitários, farmácias e outros bens que atendam à comunidade rural. A viabilização de um programa habitacional que envolva toda a sociedade, através das associações comunitárias e cooperativas de habitação, permitirá o exercício pleno da democracia, por meio do controle social das políticas públicas.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Pares desta Assembleia, para a aprovação desta iniciativa, que, com certeza, terá grande alcance em nosso Estado.

PROJETO DE LEI Nº 432/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Serão dispensados do pagamento de passagens, no transporte rodoviário intermunicipal, os policiais militares, em deslocamento entre Municípios, no cumprimento de seus deveres de trabalho.

Parágrafo Único. A dispensa do pagamento, a que se refere ao *caput* do presente artigo, limitada a 03 (três) policiais fardados e, em casos de urgência, será permitido o transporte dos mesmos em pé.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Embora a Segurança Pública seja dever do Estado e dentro deste esteja contido o direito do cidadão à sua incolumidade física, há muito este dever tem sido falho, deixando a comunidade à mercê de sua própria sorte.

O efetivo da Polícia Militar é insuficiente para conter e combater a violência urbana. Dos motivos deste pequeno efetivo advém da baixa remuneração que percebe o policial militar pela importante função de seus trabalhos, que é indispensável a comunidade.

A medida proposta neste projeto visa facilitar a vida funcional destes policiais, que têm que pagar, de seu próprio bolso, a passagem transporte rodoviário intermunicipal quando em serviços. Muitas vezes este policial, para evitar mais esta despesa em seu orçamento familiar, arrisca-se a pegar carona com desconhecidos, colocando sua vida em perigo.

Assim pelas razões acima expostas, esperamos poder contar com a aprovação do projeto, pela justiça que se fará a tão valorosos militares.

PROJETO DE LEI Nº 433/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa Respire Bem, a ser implementado na rede pública de ensino do Estado do Paraná, a fim de prevenir, diagnosticar e tratar as deficiências respiratórias relacionadas ao mau posicionamento dentomaxilar ou outras imperfeições buco-faciais.

Parágrafo Único. O Programa tem por objetivo combater a Síndrome do Respirador Bucal, que afeta grande parcela da população infantil.

Art. 2º Para prevenir o surgimento de doenças respiratórias, as redes públicas de educação e saúde promoverão ações educativas e preventivas, com o objetivo de

esclarecer pais, alunos, professores, funcionários e profissionais da saúde e da educação.

Art. 3º Para diagnosticar as doenças respiratórias, as crianças de pré-escola e ensino fundamental, serão submetidas a exames anuais.

Art. 4º Os exames serão realizados por profissionais habilitados no início de cada ano letivo.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei em 90 (noventa) dias.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

Uma parcela significativa da população infantil é acometida da chamada Síndrome do Respirador Bucal, problema este que, segundo a Sociedade Brasileira de Correções Odonto-Maxilares - SOBRACOM, pode causar problemas sérios como apnéia, dispnéia, vegetações adenoideas, cornetos nasais hipertrofiados, amígdalas dilatadas, entre outras.

Além disso pode afetar a liberação do hormônio do crescimento, prejudicando o desenvolvimento normal da criança e a sua qualidade de vida.

As causas da imperfeição na respiração nasal são várias, no entanto, estudos realizados por profissionais das áreas de odontologia, fonoaudiologia e otorrinolaringologia atestam que, 70 a 80% dos casos de respiração bucal estão intimamente relacionados com má oclusão dentária.

O programa a ser instituído por esta lei, visa evitar que as crianças especialmente as provenientes de famílias carentes, cheguem ao estágio avançado da doença, que vá exigir tratamento especializado, inacessível a estas camadas sociais. Prevê que as áreas estatais da Saúde e Educação realizarão campanhas de esclarecimento, exames periódicos de prevenção e tratamento das disfunções detectadas, ainda na fase inicial e que poderão ser corrigidas sem a necessidade de tratamento de alto custo.

A Síndrome do Respirador Bucal é um sério problema que não pode ser ignorado, estando a merecer a especial atenção das autoridades da Saúde Pública do Estado, motivo pelo qual apresento para apreciação este projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 434/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a RADIOESCOLA na Rede Pública de Ensino Fundamental do Estado do Paraná, com a finalidade de envolver os alunos na exploração, treinamento e comunicação de

eventos de cunho pedagógico e social, com participação dos mesmos como repórteres e locutores.

Art. 2º Os professores, alunos e radialistas, juntos, poderão colaborar com a pauta e roteiro da programação diária.

Art. 3º Os estudantes realizarão entrevistas com pessoas da comunidade e/ou da própria escola, envolvendo questões educativas e culturais, com a orientação dos professores e radialistas responsável que produzirão textos em linguagem radiofônico/jornalística para apresentação diária.

Art. 4º Ao término do programa, professores, estudantes e radialista analisarão e avaliarão a programação visando a sua qualidade.

Art. 5º A emissão se efetivará, mediante equipamentos adequados para o estúdio e para as unidades de Recepção, cedidos pelo Governo do Estado.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O rádio é indubitavelmente um dos meios de comunicação que se faz presente em todos os rincões do País de forma bem acessível para todas as classes sociais. A escola precisa se utilizar deste eficiente veículo de comunicação.

Com a presente medida, pretende-se conscientizar a Comunidade Escolar de que o conhecimento e exercício diário da linguagem radiofônica, a relação interpessoal Educador/Educando pode ser prazerosa e o ato de estudar uma atividade menos exaustiva. Com a RADIOESCOLA, tanto os professores com alunos serão receptores e sujeitos da comunicação dentro de sua coletividade, propiciando-se, assim o verdadeiro exercício da cidadania.

PROJETO DE LEI Nº 435/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Edmilson Antonio de Lima.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14/10/10.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa conceder o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. Edmil-

son Antonio de Lima, nascido no Município de Jacarezinho. Filho de Benedito Góis de Lima e Olímpia de Souza Lima, casado com a Sra. Arely Feitosa da Costa Lima, tendo dois filhos, Júlia Carolina Costa Lima e Mateus Gabriel Costa Lima.

O nosso homenageado exerceu, com distinguida relevância, diversas atividades, culminado com o de Juiz Titular da Vara de Trabalho, Presidente da Junta e Conciliação e Julgamento.

O seu vasto *curriculum vitae*, em anexo, justifica a proposição ora apresenta e que esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a sua aprovação.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Elio Lino Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Brasil vive ainda um momento eleitoral, em alguns Estados teremos um 2º turno e no Brasil inteiro teremos um 2º turno para a Presidência da República. Gostaria de falar sobre um assunto que eu já referi na terça-feira, próxima passada, com relação às pesquisas que foram divulgadas a nível nacional e estadual. Para a população do Brasil, a grande mídia tem mostrado que nós teríamos 2º turno para a população do Paraná o que efetivamente não aconteceu! Mostrou que as pesquisas furaram e muito!

As pesquisas também mostraram a vitória da candidata do PT, Dilma Rousseff no 1º turno, o que também não se confirmou. A pesquisa tem furado e feio em relação a eleição para o Senado, a pesquisa disse no sábado, menos de 12 horas antes do pleito eleitoral, dizendo que Roberto Requião e a Gleisi tinham mais de 40% e que Ricardo Barros e Gustavo Fruet tinham algo em torno de 20%. Quando se abriram as urnas mostrou que Fruet perdeu por pouco mais de 1% para o ex-Governador Roberto Requião.

Ontem a grande mídia divulgou, de novo, alguns resultados das pesquisas a nível nacional, Vox Populi, DataFolha, IBOPE ontem mostrando Dilma à frente de José Serra em torno de 6%. O que eu lamento, Srs. Deputados e caros paranaenses, que antes do 1º turno quando Serra estava com 40% se mostrava um gráfico, Serra com 40% e descendo, descendo chegando a 20% e num gráfico também mostrava a ascensão da Dilma de 8, 12, 20, 30 e 40%. Este gráfico, Deputado Tadeu Veneri, é psicológico, agora ontem a televisão não mostrou isso, por curiosidade, não mostrou a queda da Dilma e não mostrou a ascensão do José Serra, não se mostrou essa curva, a queda de uma e a subida de outro, apenas falaram em números.

Ora, se considerarmos que esse mesmo instituto que divulgou a pesquisa ontem dando a Dilma 6% à frente do Serra, e esse mesmo instituto disse no 1º turno que, a Dilma seria Presidente no 1º turno, nos faz o direito de pensar que o erro constata-se de novo e que o Serra está na frente da Dilma. Nos dá o direito de pensar dessa forma. Porque é o mesmo instituto, e se usaram a mesma metodologia, o Serra está na frente da Dilma.

Como eles erraram a favor da Dilma e se a mesma metodologia foi usada no 2º turno, mostra claramente que o Serra está na frente da Dilma.

Isso nos dá o direito de pensar dessa forma. Nós como Deputados, acredito em pesquisa quando a pesquisa é séria, quando os números devem ser divulgados.

Aí que vem a questão, quando o Governador Beto Richa eleito e sua coligação pediram a impugnação da divulgação das pesquisas na semana das eleições e, mesmo antes ainda pediram a impugnação da pesquisa por quê? Porque encontraram falhas e jamais o TRE ou jamais a Justiça iriam aceitar o pedido de impugnação se não tivessem falhas. Quando o Beto Richa pediu a impugnação eu me questionei, mas por que pediu a impugnação? Os nossos adversários vão usar isso contra nós. E hoje temos que dizer ainda bem que pediram a impugnação e ainda bem que a Justiça ela confirmou as falhas constatadas pela assessoria jurídica do novo Paraná que pediu a impugnação.

Agora vem a questão: estamos a duas semanas das eleições e o mesmo instituto que deu a vitória líquida e certa para o 1º turno a Dilma Rousseff dá agora seis pontos a diferença. Isso nos dá o direito de pensar, que o Serra está na frente da Dilma algo em torno de 3% a 4%. Se levar em consideração, volto a dizer a mesma metodologia e os mesmos erros constatados e verificados na pesquisa feita no 1º turno.

Dá para sentir que os programas tanto de um como de outro estão sendo mais agressivos, tanto é que, a candidata a Presidente da República dizia que estaria fazendo uma campanha sem agressões, mas para quem assiste ao programa eleitoral e às inserções da candidata a Presidente da República vê agressões violentas contra o outro candidato.

Isso faz parte do jogo político. Nós como somos democráticos, temos que aceitar a decisão da maioria. Como aceitamos o resultado em 2006, quando o Roberto Requião ganhou a eleição por 5 mil e 300 votos tira daqui põe para lá dá 10 mil e 500 votos que foi a diferença. Agora o Roberto Requião se elege com 1% de votos em cima do Gustavo Fruet.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Tem mais uma que me contaram ontem, que o Tribunal de Contas havia julgado e analisado as contas do Governo de 2009 e se apontou dezenas de irregularidades nas contas do Governo do Estado. Vamos esperar que as

contas venham para cá. Com toda certeza se essas contas e essas irregularidades forem constatadas - e são verdadeiras - fossem divulgados antes das eleições com toda certeza os resultados para o pleito no Senado também seria diferente.

O nosso candidato Gustavo Fruet, poderia ter ganhado a eleição.

Concedo o aparte por ordem ao Deputado Reni Pereira e depois para o Deputado Dobrandino.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Deputado Elio Rusch, primeiro os meus cumprimentos pela abordagem e quando V. Exa. fala em pesquisa séria isso provavelmente deixou de existir há muito tempo. Porque é brincadeira o que fazem com o eleitor brasileiro e paranaense.

Aliás há quatro anos, o resultado seria outro se não mentissem. Foi mentira. A partir do momento que o resultado da urna, foge da margem de erro, nitidamente houve mentira proposital para mudar o resultado da eleição. Isso foi no resultado da reeleição do Roberto Requião. Nessa eleição para Governador, novamente, extrapolou o dobro da margem de erro. Quer dizer, novamente, mentira explícita em relação aquilo que foi divulgado. Novamente, quero dizer que provavelmente na pesquisa para Presidente da República a última pesquisa vai dar dentro da margem de erro. Quem ganha, eles estavam prevendo.

Isso é uma brincadeira com a democracia. Não se pode falar em democracia no País, quando você induz o eleitor ao erro como são essas fábricas de pesquisas. Não estamos falando de instituto de fundo de quintal não. Aquele que se compra pesquisa. Estamos falando dos grandes institutos.

Por isso, quero aqui fazer um voto de louvor, tão logo assumo o Deputado paranaense Rubens Bueno para que acabe com pesquisas no País. É brincadeira ao que se prestam as pesquisas. Realmente, só se prestam para uma coisa: atender a quem paga a pesquisa para mudar o resultado da eleição. Não se respeita a opinião do eleitor e nitidamente se usa para fazer com que o eleitorado indeciso migre para aquele que teoricamente estaria em primeiro lugar. Isso é uma mentira. Para se falar em democracia no Brasil, já que se adiantou muito com a Lei da Ficha Limpa, que seria a revolução da democracia e não mudou em nada a prática, pelo contrário. Vi ontem aqui o Deputado Romanelli denunciando a prática, do abuso do poder econômico.

Aliás, nós temos notícia disso pelo Paraná inteiro. Tenho notícia que tem Deputado Estadual que gastou quase 10 milhões para se eleger, não sei aonde que vai tirar isso. Não sei como que a Justiça Eleitoral não vê.

Então, realmente, está de parabéns a coligação que nós fizemos parte por ter impugnado as pesquisas mentirosas. Porque mentirosas foram todas, inclusive a última já que extrapolou qualquer margem de erro. Parabéns e vamos nos somar com o Deputado Rubens Bueno aqui do

Paraná, para acabar com pesquisa eleitoral, principalmente, nos três meses que antecedem a eleição, para que o eleitor decida pela sua convicção e pela sua vontade e não por indução ao erro, como é o que tem feito as pesquisas.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Já tenho manifestado e mesmo antes desse pleito eleitoral, em relação às pesquisas. Acho que as pesquisas estão sendo divulgadas com o objetivo, como disse muito bem V. Exa., para induzir o eleitor. Quantas vezes encontramos o eleitor e ele nos diz: “Ainda bem que eu não perdi o meu voto. Eu votei no senhor e o senhor se elegeu.”

Digo, perde o voto o eleitor quando vota no candidato e o candidato decepciona. Daí ele perde o voto. O eleitor não perde o voto, quando elege alguém que não se elege, desde que tenha votado consciente.

Tenho me manifestado sobre as pesquisas, as pesquisas têm que ser instrumento de uso interno e não para publicar. Por que o eleitor tem que saber quem está na frente e quem está atrás? Votem de acordo com a sua consciência. Votem de acordo com os programas, de quem? Do Executivo, seja Prefeito, seja Governador, seja Senador ou seja Presidente da República. Por que o eleitor tem que saber? Ah, porque o candidato A está na frente do candidato B. Não adianta votar no candidato B, porque ele não vai se eleger. Então vou votar no candidato A porque daí o meu Município será beneficiado, porque eu sou Prefeito, eu sou Vereador. Ah, porque eu sou líder. Ah, porque eu sou Presidente da associação comunitária, não sei de que bairro da Cidade. Vou votar no candidato B porque ele está na frente do candidato A.

As pesquisas no Brasil hoje têm um objetivo, de induzir o eleitor a seguir o erro que muitas vezes é cometido.

Eu, particularmente sou contra a publicação de pesquisas, sou contra. Pesquisas são de uso interno, para cada candidato, para cada coligação, para cada partido. Mas para divulgar pesquisa, já ficou comprovado no Brasil, a Legislação está clara, quando a pesquisa fura, o instituto tem que ser penalizado, tem que pagar pesado as multas. Mas, até hoje não vi nenhum instituto pagar multa pelo fato de errar na sondagem, na pesquisa que foi feita.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

V. Exa. manifestou que erraram as pesquisas. Não erraram coisa nenhuma. Isto é intencional, Deputado. Já falou o Deputado Reni Pereira, isto é intencional. E a intenção é confundir a cabeça do eleitor. Mas, enganam-se eles, porque o eleitor não é “Maria vai com as outras”, não. Esta última pesquisa, aqui no Paraná, para Governador foi o maior vexame da história das pesquisas. E veja só: a rede de televisão que publicou a pesquisa, Beto Richa e Osmar Dias, que sempre publica no jornal da tarde, publicou no meio do horário de um jogo de futebol.

Para pegar um público maior, tentando modificar ou enganar a cabeça do eleitor. No entanto, abriram-se as urnas e vejam o que deu.

Então, isto não é errôneo nada, é sacanagem é má intenção. Isto é um absurdo! E esta pesquisa, agora, é do mesmo jeito, o resultado vai ser outro. Olhem só, o IBOPE, que divulgou a pesquisa ontem, 3 mil e 10 eleitores no Brasil, o que dá menos de um por Município. Não tem sentido. Claro que fazem cenário para confundir a cabeça do eleitor. Tem alguém, por detrás disto. Montam este cenário todo. E como V. Exa. diz, eles não fazem o gráfico de quem está caindo e quem está subindo nas pesquisas. É totalmente mentiroso, é má intenção de confundir eleitores. E tem-se que acabar com isso. Isto é uma picaretagem!

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns a V. Exa., sempre atento e preocupado no sentido de que a opinião pública receba sempre uma orientação firme, segura e não deturpada por pesquisas equivocadas, mal feitas ou mesmo de má-fé.

Tomo a liberdade de discordar do nobre Deputado Reni Pereira, por quem tenho grande admiração. Acho que não tem que acabar a pesquisa. Nem vai se acabar, porque a pesquisa é fruto de Países democráticos. É quase como a história do horóscopo. Ninguém acredita e quase todo mundo lê horóscopo e quase todo mundo também vê a pesquisa. Se a pesquisa for proibida, a divulgação, é perigoso no anonimato se tumultuar o quadro eleitoral, principalmente quem for detentor de poder econômico. O que precisa, na minha ótica, não é acabar com a pesquisa. Mas, sim, estabelecer normas para que a população possa ter maior segurança.

Ainda ontem, no início da noite, eu estava conversando com o Governador Beto Richa, trocando ideias, e ele me mostrava o “trek”, que é a pesquisa por telefone. Se eu não sei, imagine o caboclo lá da barranca do rio. E no “trek” que o Beto Richa me mostrou ainda ontem a noite, o Serra já está dois pontos a frente da Dilma para Presidência da República. E acho que tem lógica, porque em seguida saiu o IBOPE, que dá empate técnico entre os dois.

Então, o que é preciso é seriedade nas pesquisas. Como diz V. Exa., estabelecer quem sabe uma punição, quando o instituto vier e descaradamente vender pesquisa para iludir a opinião pública brasileira. Agora, uma eleição sem pesquisa, ainda que ela não seja oficial, não tenha dúvida, ela vai continuar correndo. É praticamente impossível pensarmos numa eleição sem pesquisa. O gostoso seria ter uma eleição em que o eleitor pudesse confiar, seja DataFolha ou seja IBOPE. Nós temos no Paraná alguns institutos respeitados no campo da pesquisa, como a Alvorada Pesquisa, de Londrina, do respeitado jornalista Valdemir José Mendes, e a Paraná Pesquisa, do empresário Murilo, que são dois grandes institutos extremamente confiáveis.

Então, parabéns aos institutos sérios! E a nossa crítica ao IBOPE e a tantos outros pilantras que aparecem em véspera de eleição tentando confundir e alterar o quadro eleitoral.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Antonio Belinati, para não ficarmos só no Paraná e no Brasil, o maior colégio eleitoral do Brasil é São Paulo e vejam o que a pesquisa mostrou para o Senado da República dias antes da eleição: Marta Suplicy em 1º lugar, com 27%, e Aloisio Nunez, do PSDB, em 3º lugar, com 19%. Abriram-se as urnas e a Marta Suplicy, que na pesquisa tinha 27%, teve nas urnas 22,62% e o Aloisio Nunez, que na pesquisa tinha 19%, ficou em 1º lugar com 30,42%. Como é que um instituto pode errar dessa forma? É isso que não dá para aceitar. Peguei o maior colégio eleitoral do Brasil, assim como poderia pegar de diversos Estados em que os institutos erraram e feio. Por que isso?

Não é possível que o Congresso Nacional ou que a Justiça Eleitoral continuem permitindo que isso aconteça! Particularmente, volto a dizer, como outros Deputados se manifestaram na manhã de hoje, como já se manifestaram Deputados também no Congresso Nacional, para que seja revista sim a necessidade de haver uma reforma política, a necessidade de haver uma reforma partidária no nosso Brasil. Não é possível convivermos com 40 partidos no nosso Brasil. Isso não é possível! Não é possível que se faça coligação ao bel-prazer, de acordo com a vontade dos interesses pessoais, e não pelos interesses ideológicos ou pelos interesses administrativos comuns de determinado partido ou de um candidato.

Isso tem que ser revisto. Não é possível que se crie um partido com mais facilidade do que se abrir um boteco de esquina. Você abre um partido e daí você tem todos os direitos. Tem que haver cláusula de barreira no Brasil. O congresso não pode dizer que se tenha, dois, três ou quatro partidos, mas que se institua cláusula de barreira: o partido só sobrevive se existe um número considerável, um percentual no Congresso Nacional. Em um segundo momento, que se proíba as coligações na proporcional e em terceiro, que se proíba as coligações na majoritária. Vamos fazer uma eleição só, de Presidente da República a Vereador, uma eleição só no Brasil.

Isso são falhas que são corrigidas por quem? São corrigidas pela lei, pela legislação. E por quem? Pelas Assembleias Legislativas? Não, mas pelo Congresso Nacional. Espero que o novo Congresso Nacional analise e veja isso com muito cuidado: a legislação eleitoral, partidária e também a questão das pesquisas principalmente, porque não é possível continuar assistindo a isso calado, fazendo com que a opinião pública possa ser induzida a votar em determinado candidato conforme mostre que esteja em 1º lugar e quando na verdade é como em São Paulo, em que o cara que estava em último lugar aparece em 1º lugar nas urnas. São essas coisas que não dá para aceitar e diante disso é que não podemos nos calar.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e vamos ao 2º turno e espero que os eleitores do Brasil, mas principalmente do Paraná, votem de acordo com a sua consciência e não se deixem iludir por pesquisas, por institutos que furaram feio e não só nesta eleição, mas erraram feio nas últimas eleições no Brasil e nos Estados também!

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiro, quero registrar aqui a minha satisfação pessoal e obviamente por conta da atividade que temos - todos nós aqui fazemos política - que não diz respeito à Assembleia Legislativa. Da minha satisfação pessoal de acompanhar ontem a última assembleia feita, pelos bancários de Curitiba e região, quando concluíram uma greve que já durava 15 dias, de forma absolutamente vitoriosa. Apesar de alguns bancos terem conseguido o interdito proibitório; apesar de um único banco em Curitiba ter utilizado o expediente, de levar os seus funcionários de helicóptero para os seus centros de processamento; apesar de alguns bancos obrigarem os seus funcionários a irem em cartório, registrar - talvez a única vez que eu tenha visto isso, em mais de 35 anos que milito no movimento sindical e faço parte da sua política a primeira vez que vejo isso, porque eles não estavam podendo entrar nas agências, pois havia proibição, pelos piquetes feitos em frente ao banco.

Apesar de tudo isso, essa greve dos bancários que terminou na noite de ontem, é a que teve um maior reajuste, um ganho real, nos últimos 15 ou 20 anos, que elevou o piso da categoria, uma coisa que não tínhamos há muito tempo. E injetará de imediato nesses próximos meses, cerca de R\$ 16 milhões na economia, de uma forma sustentável, o que é bom para o Paraná, para aqueles que recebem esses valores e também para que possamos ter mais renda e consumo e com isso termos mais condições, para que as pessoas possam melhorar a sua vida.

Parabéns, a todos que participaram. Acho que é uma lição de cidadania. Sempre aprendemos quando reinvindicamos e buscamos aquilo que entendemos ser o nosso direito.

Todos os dias, venho a esta tribuna - está quase que virando um mantra - falar sobre o processo de Defensoria Pública. O projeto ainda não chegou até nós, mas tenho insistido com o Governador, para que possa remetê-lo, para que possamos apreciar e votar esse ano. Presidente Nelson Justus, V. Exa. que compartilha com esta mesma tese, não recebemos esse projeto ainda, porque infelizmente por razões que desconheço - vou tentar fazer um

contato agora com a Maria Marta - está parado na Secretaria da Administração. Foi até à Secretaria, para que ela pudesse fazer, se assim entendesse algumas alterações, não sei se o fez ou não, o que sei é que esse projeto não saiu de lá e está já há mais de semanas, com a Secretária Maria Marta.

Faço um apelo público, para que a Secretária e a Secretaria da Administração remetam novamente esse processo, não para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, que nos remete, mas para que a Casa Civil e o Governo do Estado possam mandar para a Assembleia Legislativa. Não penso que esse seja o objetivo, mas a Secretária Maria Marta não pode, com mais de 90 dias que temos ainda, ou pouco menos do que isso de Governo, por qualquer razão criar obstáculos, a um processo que vem sendo buscado ser concretizado, há mais de 10 anos. Não será agora nos últimos dias, que iremos fazer com que este processo - pode até parar - ainda que pare, sem que haja deste Deputado e desta Assembleia vigorosa manifestação de contrariedade. A Defensoria Pública, é um acordo feito entre todos os Deputados, o Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, o atual Governo e o futuro Governo. Porque o candidato agora eleito Governador Beto Richa, assim como o candidato que foi derrotado Osmar Dias, ambos se comprometeram a instalar a Defensoria Pública, claro que cada um dentro das suas condições, das suas leituras do que o Estado precisa.

Mas, não ignoro que o futuro Governador do Estado, Carlos Alberto Richa, em uma das suas declarações disse textualmente que pretende zerar todos os presos em delegacia, aqueles que porventura já tenham sentenças condenatórias. E nada melhor, para que possamos fazer com que isso aconteça, ou por sentença condenatória, ou por revisão de processo, que tenhamos de fato uma Defensoria Pública atuante no Estado do Paraná, e que saíamos daquela lista, como eu falei ontem, que nos inclui, junto com Santa Catarina, os dois únicos Estados do Brasil a não terem esse que é um direito de todo cidadão, que está inclusive escrito na nossa Constituição Federal de 1988, na nossa Constituição Estadual de 1989.

Então, faço um apelo para que a Secretária Maria Marta, remeta com a urgência que é necessária, e com o tempo que já perdemos, cerca de 15 a 20 dias, para que o Governador Orlando Pessuti possa enviar para que possamos tomar obviamente as medidas que são normais de um projeto de lei que venha a esta Casa. Senão ficaremos aqui neste jogo de empurra, e o Governador, cada vez que encontro com ele, tenho cobrado dele, dos outros Deputados também têm feito isso, ligamos para o Secretário todos os dias. Acabamos de receber uma ligação do Sr. Luciano que é o Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos da União, preocupado com essa situação também. E acho que nós temos como contribuir, todos nós, para que tenhamos condições de dar um rumo a um Estado que estará definitivamente resgatando um

direito que todo cidadão tem, que é ter a Defensoria Pública no Estado do Paraná.

Falo isso porque, me parece que não há razão para que nós esperemos 20, 30, 40, 50 dias para que um processo possa ser feito e possa vir até nós.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

A OAB também tem se manifestado algumas vezes com alguns pontos, que tem discordância no projeto que foi lido na Escola de Governo, que foi formalmente, naquele momento estaria sendo remetido para a Assembleia, o que acabou não acontecendo.

Mas, acho que estes pontos de discordância, podem ser superados na medida em que tenhamos aqui Audiências Públicas para fazer debate. Mas o que nós não podemos, é esperar que uma única pessoa, por razões que eu desconheço, mas que vou procurar me interar delas, mas que uma única pessoa sugere esse processo até que, por razões também que eu desconheço, ele acabe tendo a inviabilidade de ser votado este ano.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Tadeu Veneri, primeiro lhe parabenizando pelo seu pronunciamento, V. Exa. está correto, precisamos votar com certa urgência este projeto, este projeto é importantíssimo para o Estado do Paraná. É inacreditável saber que a carta de puebla do antigo Governo, não previa Defensoria Pública. Falei isso diretamente ao Governador. É inacreditável o Estado do Paraná estar tão atrasado, tão atrás de todos os outros demais Estados da Federação com relação à Defensoria Pública. Mas gostaria de deixar aqui registrado uma outra ideia, porque nas universidades existem também os núcleos de práticas jurídicas, que inclusive estão fazendo praticamente o trabalho das Defensorias hoje no Estado do Paraná, e o Governo precisa fazer um investimento pesado nesses núcleos, nas universidades estaduais, para trabalhar talvez até um conjunto com a Defensoria Pública que será instalada.

Então, existem projetos importantes de construções de prédios específicos nas universidades para a prática jurídica. E eu acredito que precisamos fazer esse investimento através desse novo Governo que vem aí. Então, queria deixar registrado. Parabéns mais uma vez pelo seu pronunciamento, precisamos avançar, e muito, com relação a esse projeto que virá para cá. E parabenizar também o Governador Orlando Pessuti pela iniciativa. Era isso.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Deputado Marcelo Rangel, a minuta que será enviada, o projeto que será enviado na minuta original já previa inclusive que nós tivéssemos também algumas

universidades, que seria uma rede formada pelas universidades estaduais, que poderiam dar suporte a esse processo junto com a Defensoria Pública. Então, acho que isso aí não haverá problemas.

Agora, o que precisamos, volto a insistir, é que a Secretária Maria Marta saia lá da sua Secretaria com o projeto em mãos, entregue esse projeto para o Governador, para que o Governador nos remeta. Não é mais possível que a cada vez que encontremos o Governador, perguntemos e aí, Governador, quando que vem o processo da Defensoria? “Ah, a semana que vem estou mandando.” Na semana seguinte você pergunta novamente e ele responde: “Vou mandar amanhã.” Acho que esta novela está começando a ficar repetitiva e que incomoda a todos e já não agrada mais ninguém. E que pode ter um fim muito ruim. Espero que esse final não seja melancólico, onde uma grande expectativa se transforme apenas numa promessa.

O que temos hoje é de fato, uma intenção muito grande do Governo e isso está dado já desde o primeiro dia para que possamos ter a instalação. Agora, não podemos correr o risco de não fazermos os passos necessários e, ao chegar esse projeto aqui, estarmos na iminência já de concluirmos o ano legislativo e não termos tempo hábil para votar e para ser sancionado como deve. E abrimos de fato condições, para que tenhamos o primeiro concurso público já que no ano que vem, caso contrário poderemos incorrer no mesmo erro que o Estado de Goiás. Aprovou a Defensoria, não aprovou o concurso, o concurso ficou esperando para ser feito seis anos depois.

O que vai acontecer agora neste ano de 2011? São seis anos, que digo é um jogo de esconde-esconde. Você faz que manda, a população faz que aceita, mas na verdade não acontece nada.

Então, quero deixar registrado neste dia de hoje esta preocupação e vou me empenhar, para que tenhamos de fato da Secretária Maria Marta e do Secretário de Ciências e Tecnologia, professor Nildo que tem se empenhado muito, do Governador Orlando Pessuti, esse projeto remetido para a Assembleia, para que possamos, aí sim, criar condições para votá-lo.

Quero usar esses três minutos que me restam, apenas para fazer uma consideração a respeito de um debate que iniciamos ontem, que algumas pessoas me procuraram na tarde e na noite de ontem sobre um tema que infelizmente tomou conta de toda pauta da eleição presidencial. Falei ontem que ao invés de discutirmos projetos para o País, se queremos um País mais ou menos estatal, que tenha mais força no Estado, menos força no Estado, conforme as visões que estão hoje impostas, se é um País que vai desenvolver A ou B, estamos discutindo se é um País que vai rezar mais ou menos; se é um País que vai permitir que determinadas pessoas ligadas às Igrejas A, B ou C vão poder interferir mais ou menos no que diz respeito às condições do Estado.

Falei ontem com o Deputado Praczyk, por quem tenho o maior respeito, que considero todas as posições

legítimas e válidas. Só acho que muitas vezes essas posições passam do seu papel de cidadão, de dialogar com a sociedade, e passam a ter isso muito mais por responsabilidade dos candidatos que dão conteúdo emocional para esse debate do que propriamente dos proponentes que estão fazendo todo esse debate, mas passa a ser um Estado que perde a sua condição laica e começa a entrar num caminho muito perigoso. Um caminho tão perigoso que num determinado momento - e o Pastor Praczyk me dizia isso há alguns anos atrás - tínhamos dificuldades com determinadas Igrejas, porque entendiam alguns que se não fosse de sua denominação, a qual era o Prefeito, o Governador, o Presidente que elas não deveriam ter nenhum tipo de atendimento que pudesse torná-las igualitárias. Seja nos impostos, seja nas condições que fossem instaladas, para que tivessem, obviamente, as mesmas condições que têm as outras, ou seja, a Igreja Católica tem uma condição, a Evangélica tem que ter a mesma condição, a Presbiteriana, ou seja, as condições têm que ser as mesmas, e em alguns momentos isso não acontecia, porque havia um peso maior de uma determinada denominação religiosa.

O que vejo é você começar a passionizar esse debate de tal forma, que fico imaginando o que aconteceria na Bahia se esse debate tomasse uma forma de Estado, onde sabemos que baianos pela manhã vão ao candomblé, à tarde lavam as escadarias da Igreja do Senhor do Bonfim e à noite vão a outro credo religioso, agora, sem que isto se transforme numa questão pessoal, passional, quase doentia. E quem quer fazer isto que faça. Agora, que os candidatos não assumam isto como sendo uma verdade absoluta. Acho que seria o mínimo razoável para quem pensa numa eleição dentro do século XXI. Caso contrário, proponho que nos voltemos todos para a Idade das Trevas, como chamavam, antes da Idade Média ainda, que não era, mas é o que a história nos coloca, e que passemos a ter um conteúdo de um Estado não religioso, mas um conteúdo obscurantista, um conteúdo onde questões que são e que devem ser tratadas como questões de Estado, são tratadas como questões religiosas. E aí não vamos reclamar dos Talibans, dos Pastores, dos Bispos, porque todos estaremos submetidos a eles e aí será a tragédia da democracia e para o País...

(Término do tempo)

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Começo falando a respeito do nível que estamos presenciando nestas eleições. É lamentável, mas muito lamentável mesmo aquilo que estamos vendo. Outro dia, no debate entre Dilma Rousseff e José Serra, lá pelas tan-

tas a Dilma Rousseff falou aquilo que nós todos já sabíamos, porque estava em todos os cantos do País: “Como pode, candidato Serra, sua mulher, Mônica Serra, afirmar que eu sou favorável à morte das criancinhas?”

Pois bem, emocionado eu presenciei toda a luta, não só do País chileno, mas presenciamos no mundo todo um grande movimento de solidariedade, que foi desencadeado em favor da salvação, vamos dizer assim, dos soterrados mineiros chilenos. Deputados, a 700 metros de profundidade, trabalhadores em busca da sustentação própria e das famílias, estavam, buscando o alimento. Então, imaginem, a profundidade, a quase um quilômetro da superfície da terra aqueles homens resistiram àquela situação inusitada.

Pois bem, lá de baixo, Deputado Rafael Greca, veio todo esse movimento, mas lá das cavernas também vieram essas palavras da Sra. Mônica Serra, porque é um absurdo que alguém - e eu conheço muito bem o José Serra, eu fui constituinte com ele, homem de Esquerda, e eu sei muita coisa da vida dele - é, vamos dizer assim, inaceitável, que alguém que tenha formação política e ideológica caia numa situação dessas: a Dilma Rousseff é a favor da morte de crianças!

Olhem, essas coisas precisam acabar nas campanhas políticas. É uma vergonha alguém em busca do poder chegar a este ponto! Perguntado, o candidato Serra diz: “Não sei de nada, não vi, mas eu não controlo a minha mulher.” E eu perguntaria: como é que pode alguém que não controla, vamos dizer, ou pelo menos toma conhecimento, querer controlar 200 milhões de brasileiros? Aí eles vêm com aquela conversa que um conhecido de um parente da Dilma, não sei quem viu um dia na entrada de um shopping um parente da Dilma Rousseff e eles querem que a Dilma saiba de tudo isso!

Passa a usar o horário da Liderança do PMDB

Então, são vozes das cavernas, me parece que o Pinochet é que deixou este tipo de posição lá no Chile, como os fundamentalistas aqui no Brasil também querem conspurcar as eleições! Quando deveríamos estar discutindo a presença do Banco do Brasil na vida dos brasileiros, daqui para frente; quando deveríamos estar aprofundando a discussão sobre o que faremos com a PETROBRAS, com a Caixa Econômica, com a COPEL, com a SANEPAR, as pessoas estão jogando na campanha como fundamental para a decisão do voto, o casamento entre os homossexuais, que é uma questão menor dentro da grandiosidade dos problemas que têm que ser discutidos, tratados numa campanha presidencial!

Então, queria saber, porque me lembro que travamos uma luta aqui para que não se vendesse a COPEL, e temos a consciência que a não venda da COPEL foi um enorme benefício para nós paranaenses. Como somos contra a presença dos particulares na direção da SANEPAR, nós temos essa posição! A PETROBRAS é instru-

mento para alavancar o desenvolvimento do povo brasileiro, como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica, todas essas empresas estratégicas, e não estamos aqui querendo diminuir a disposição política para esses temas, questões de foro íntimo das pessoas que não devem preponderar na hora dessas definições!

Estava vendo os institutos de pesquisas, tão frágeis depois de muitas coisas que foram apontadas aqui, dizendo o seguinte: “A Dilma Rousseff perdeu 2 milhões de votos por causa do efeito Elenice Guerra; perdeu 1 milhão de votos dos católicos, das questões do aborto e, principalmente, dos evangélicos em relação a esse tema do casamento entre homossexuais, homem com homem.

Então, começada a eleição dia 31, ninguém mais vai falar com muita importância a respeito desses temas, daí vamos cair na real. Precisamos qualificar os trabalhadores brasileiros, criar milhões de empregos, fazer investimentos generosos nas ferrovias, nos portos, nos aeroportos, nas estradas que precisam de uma atenção especial dos Governos Federal e Estadual. Vamos ficar com essas questões que poderão até definir as eleições.

Mas, Deputado Ademir Bier, veja bem, vi ontem o principal canal de televisão do País dizendo o seguinte: “Estamos aqui com o resultado desta pesquisadora, a diferença é de apenas seis pontos, quando há algum tempo atrás era de 14 pontos”. Mas, de maneira subliminar, qual foi a mensagem que o canal de televisão estava passando? “Olha - vou radicalizar - nós do Serra estávamos 14 pontos atrás e agora só estamos seis.”

Não é verdade isso. Primeiro, os 14 pontos de diferença estavam tendo que ser levados em conta, porque o Plínio de Arruda Sampaio era candidato, a Marina Silva era candidata, então é natural que houvesse uma migração desses eleitores para algum outro candidato. Então, querem de maneira - como eu falei - subliminar, e outras vezes quando o jornal Estado de São Paulo, de maneira clara diz o seguinte: “Nós temos candidato, o nosso candidato é o José Serra e estamos fazendo de tudo para que ele vença a eleição.”

Acho que é até natural que os jornais façam isso. É muito comum, por exemplo, nas eleições norte-americanas, que os jornais tomem partido e apontem os seus candidatos. Gostaria até que essas coisas fossem mais explícitas aqui também no País.

Deveria ter trazido para a tribuna um folheto que o pessoal de Maringá soltou, convidando os pais e os amigos de alunos de escolas especiais para tratar do assunto referente ao fechamento das APAEs.

Então, quem é que vai fechar as APAEs? A Dilma Rousseff, o Osmar Dias e, no caso, o Waldyr Pugliesi. Ah, espera lá! Essas coisas aconteceram, tinha lá no meu escritório um pacote desses papéis que foram distribuídos em muitos e muitos Municípios. Não leva e não traz o folheto o nome de ninguém, mas chega lá o pessoal, trabalha.

Eu poderia trazer aqui nesta tribuna pessoas que foram procuradas para mudarem o voto porque se faria

isso. Isso é, muitas vezes, tratar de maneira desonesta assuntos tão importantes para todos nós. Então, essas coisas estão acontecendo.

E os partidos, como é que eles ficam? O meu partido tinha um caminho: Dilma, Osmar, Requião, Gleisi, os Federais e os Estaduais. Mas virou uma salada que ninguém entende nada, gente do PDT apoiando o Beto Richa, gente do PSDB apoiando Osmar Dias.

Pedem providências, mas providências como se a hora que alguém de qualquer partido pretender tomar uma posição dentro do próprio partido, se levantam vozes e ações são praticadas para que nada se faça.

Então, fico no desconforto, porque fundei o MDB, o PMDB, sou pela quinta vez Presidente do PMDB do Paraná. Sou um homem de um caminho só.

As ideias que estão dentro do meu partido levam no concreto determinadas ações muito claras, como essa que falei de defesa das empresas estratégicas para que elas possam permanecer sob controle público. Os outros não, os outros querem que as coisas não sejam assim.

Companheiros Deputados que nesta manhã de quinta-feira estão aqui na Assembleia Legislativa, precisamos fazer alguma coisa.

Sou alguém que trabalhou muito para que não houvesse o desmonte do Estado. Muitas vezes você vê todo um povo construindo empresas fundamentais para o seu desenvolvimento e dali a pouco aparecem aqueles que querem vender para meia dúzia de particulares aquilo que o povo levou muitas vezes 50 anos para construir.

É uma posição clara, um caminho. Ideologicamente você fala: “Vamos caminhar por aqui ou por ali.” Nada mais diferente do que essas duas propostas que estão aí para serem aprovadas pelo povo brasileiro.

É lamentável que fiquemos discutindo essas coisas menores, circunstanciais e oportunistas que aparecem em todas as eleições. Agressões as mais absurdas surgem de todos os lados.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Hoje leio no jornal Estado de São Paulo, que o candidato a Vice-Presidente na chapa de Dilma Rousseff, Deputado e professor de Direito Constitucional, Michel Temer, tem dado várias entrevistas à emissoras de cunho religioso dizendo que não é satanista, que não se dedica à adoração de Satanás. Calculem o nível de “besteirol” que colocam na campanha eleitoral. Um professor de Direito Constitucional ter que dar entrevistas dizendo que não é satanista. Valha-nos Deus, porque o Diabo está exatamente a explorar a mentalidade do povo que não presta atenção no capítulo V do versículo 13 do Profeta Isaías, onde ele diz: *O povo será levado escravo, enquanto lhe faltar conhecimento.*

O seu discurso provoca nas pessoas a reflexão sobre a importância do futuro que queremos para o nosso País. Se queremos negar os avanços do Presidente Lula ou se queremos confirmá-los. Agora, não tem cabimento entrar no debate eleitoral que obriga o pobre do Michel

Temer a ter que dar entrevista dizendo que não é satanista.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, quero aproveitar o aparte do Deputado Rafael Greca de Macedo para lamentar que ele não teve a renovação do mandato aqui nesta Casa. É lamentável.

O Sr. Rafael Greca (PMDB)

Fui privatizado pelo voto. Mas estou muito feliz privatizado. Eu e a Margarita, privatizados, seremos muito mais felizes. Com certeza.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Sr. Presidente, Deputados, raros Deputados presentes nesta manhã de quinta-feira.

Lá pelos idos de 1980, quando eu era Presidente do PMDB do Paraná, preocupado na formação de lideranças que pudessem representar, com competência e discernimento, as populações, trouxe várias vezes o Presidente, o constitucionalista Michel Temer, advogado extraordinariamente competente, que atuava no Estado de São Paulo, Geraldo Ataliba, Michel Temer, Teotônio Vilela, Miguel Arraes, eu como Presidente do partido, quantas vezes trouxe-os para a formação de novos quadros da política paranaense.

Estou dizendo estas coisas pelo seguinte: conheço o Deputado Michel Temer há décadas. Há quantos anos faço parte da direção nacional do meu partido? Há muitos e muitos anos. E sempre tive, nesta convivência com o Michel Temer, o conhecimento de como era a vida desse companheiro.

Então, outro dia, estando eu no Município de Sertãozinho, depois de ter feito uma intervenção, estávamos em campanha, uma companheira falou: “Não é - vamos dizer assim - inteligente da sua parte falar da Dilma para este Plenário.” Eu falei: olha, eu sou alguém que não esconde as posições que tenho e vou falar da Dilma”. Falei da Dilma, como falei da Gleisi, como falei do Roberto Requião, como falei do Osmar Dias, como falei do Deputado hoje eleito, o João Arruda, que me acompanhava nessa oportunidade.

Pois bem. Após minha intervenção, uma senhora chega-se a mim e diz: “Por aquilo que o senhor falou eu poderei até votar no senhor; mas na Dilma não voto de jeito nenhum.” E eu disse: mas, por que não vota na Dilma? “Porque o filho do Michel Temer, um dia, no Hotel Sumatra, em Londrina, falou que tinha um pacto com Satã”.

Então, o filho do Michel tem um pacto com o Capeta, o filho teria dito não sei o quê. Como é filho do Temer, e o Temer é Vice da Dilma, estava prejudicada a possibilidade dela votar na Dilma Rousseff.

Não sei como é que tem pessoas que conseguem formular essas coisas para se convencerem de que não devem votar nesse candidato ou naquela candidata. É um

absurdo, mas é a nossa realidade! Essas coisas devem acontecer em todos os cantos, mas nós que somos políticos deveríamos, nós de todos os partidos, ter uma atuação muito firme para não darmos possibilidade de essas coisas acontecerem.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância, pelo tempo que me foi concedido!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência, com satisfação, anuncia a presença do Vereador Ricardo Leite e do Vereador Lagoa, ambos de Cornélio Procópio, companheiros do Deputado Romanelli. Sejam bem-vindos a esta Casa!

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e senhores que nos acompanham pela TV SINAL.

Sr. Presidente, volto hoje ao tema REFIS. Estava analisando esta documentação recebida e fiquei impressionado com os números e, ao mesmo tempo, estou protocolando no dia de hoje um pedido ao Presidente da Comissão de Fiscalização desta Casa, Deputado Artagão, para que possamos fazer imediatamente uma reunião da comissão para solicitar à Receita Estadual a relação dos devedores do Estado. Acho que é uma obrigação nossa.

Estou ouvindo aqui muitos comentários sobre política, como pesquisa, o Satanás, o Capeta, aí o Rafael Greca puxa a Bíblia e é compra de votos. Toda a eleição acaba e sempre tem essa conversa, e ela vai mais 100 anos ainda, mas o que temos que debater aqui é a situação dessas empresas. São muitas empresas que, ao longo dos anos, vêm se beneficiando do erário público, que não pagam impostos, empresas que deixam de recolher o ICMS, que é o imposto sagrado do Estado do Paraná, e que esperam o tempo para fazer o REFIS. Isso é desigualdade. Para mim é muito mais do que isso, porque em uma empresa normal o empresário vai lá e paga os seus impostos. É claro que tem um grupo X de empresários, pequenos e médios, que não pagam porque estão amparados pela lei, porque o Estado do Paraná dá o direito aos pequenos de não pagarem impostos. Agora, os empresários da classe média para cima pagam em dia e sacrificam-se no final do mês para pagar os impostos.

Deputado Reni, esse é um debate bom para o senhor, que é auditor da Receita Estadual. V. Exa. deveria se debruçar em cima destes documentos e nos dar uma aula, porque afinal V. Exa. é para mim um dos maiores conhecedores dessa questão da Receita Estadual. Então, um grupo X de empresários não paga impostos, fica esperando a hora do REFIS para daí sim conseguir uma negociação e pagar os seus impostos atrasados, com desconto, com perdão. Mas enquanto isso, Deputado Rusch, o médio empresário está pagando a conta. Ele poderia crescer muito mais se pudesse usar a mesma tática que usam

esses grandes empresários, de não pagar mensalmente o imposto devido ao Estado do Paraná.

Mas quem são esses empresários? Outro dia o Deputado Caíto Quintana, quando provocado pelo Deputado Douglas Fabrício, apresentou um número de empresários devedores do Estado, cerca de 100 nomes. E nesses 100 nomes, Srs. Deputados, lá estavam os nomes de alguns grandes grupos paranaenses, e fora do Estado, que enrolam o Estado do Paraná, que não pagam, que fazem discurso e que ainda têm, ou não têm vergonha de doar dinheiro para campanha. Se você pegar a lista dos devedores do Paraná, certamente, Deputado Durval Amaral, lá estará a lista dos inadimplentes com o fisco do Estado e que são doadores de campanha, que doam inclusive a Deputados desta Casa. Mas o que mais me arrepia, Srs. Deputados, é que quem autoriza essa lei é nada menos, nada mais, que esta Casa, somos nós! É como disse agora há pouco o Deputado Elio Rusch, que as contas de 2009 do Requião estão com problemas no Tribunal de Contas do Estado.

Deputado Elio Rusch, V. Exa. que já tem o dobro dos mandatos que eu, me diga um ano, desde que o senhor está aqui, dos últimos Governos, que nas contas de algum Governador não teve problema. Todas têm, todos têm problemas. Mas daí o Tribunal coloca lá aquela palavrinha “ressalvas”, e aí os Deputados do Paraná, nós, entendemos as ressalvas, assinamos embaixo, dizemos amém e tudo fica aprovado. Essa é a grande verdade. Chegamos ao cúmulo, eu não, porque esse dia foi um dos raros dias que faltei lá no outro mandato, em que as contas de Lerner e Requião foram juntadas num único item para serem votadas num comum acordo, um não fala do outro e o outro não fala do outro, e está tudo resolvido, aprovadas as duas contas. Isso com o assalto do BANES-TADO incluído. Sem problemas.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PTB/PR

Então, Srs. Deputados, principalmente os reeleitos, os jovens que vão chegar por aqui, aqui está um tema bom a ser discutido. Quem são esses grandes empresários? Por que eles não pagam os impostos e ainda fazem discursos? São falsos moralistas! É como um Deputado que vai a um ato público da Assembleia, na Boca Maldita, e tem o “rabo” muito maior do que os outros Deputados. Mas ninguém fala.

Estou pedindo ao nosso Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Artagão, para que possamos fazer uma reunião de emergência, rápida, para solicitarmos a quem tiver que solicitar, quanto esses caras devem ao Paraná e por que não pagam. Eles são apadrinhados de quem? Quem é que protege essa gente que não paga imposto para o Paraná? E ficam distribuindo dinheiro na campanha, que era do povo do Paraná. Preciso ouvir alguns desses demagogos, ainda subindo em tribunas e fazendo discursos contra os Deputados do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Tadeu Veneri.

O Sr. Tadeu Veneri (PT)

Acho que é pertinente a vossa preocupação.

Aqui, há um ano atrás, votamos um projeto que reduziu tributos de uma série de produtos, principalmente dos supermercados. Lembro-me que à época, quando foi votado há mais de um ano o projeto, antes das eleições de 2008, havia também um compromisso, que tinha sido assumido pelo Governador Roberto Requião, que se não houvesse redução dos preços, seria revogado o dispositivo que permitia você reduzir também os impostos.

A pergunta que temos que fazer hoje: primeiro, se de fato houve redução; segundo, se essas empresas ou esses grupos, farmácias, supermercados, as grandes redes, recolhem os seus impostos, dentro do tempo legal, e se recolhem com aquilo que é a previsão de receita, para ser obtida pelo Estado. Senão, acho que a Assembleia tem que fazer o seu papel, que é fiscalizar.

Cumprimento-o pelo seu pronunciamento. Acho que temos que nos preocupar, talvez, menos com questões que não são nossa atribuição, com a política e mais com aquilo que é nossa obrigação, que é fiscalizar, propor leis e fazer com que essas leis sejam cumpridas.

Obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Obrigado, Deputado Tadeu.

O Parlamento esquece que o seu principal produto a ser cuidado é a fiscalização e, principalmente, daqueles itens que formam o orçamento do Estado. A arrecadação tributária do Estado é o que faz acontecer o nosso orçamento e depois se liberam as verbas que tem que ser liberadas.

Deixo mais uma vez esse alerta. Espero que o nosso Presidente da Comissão de Fiscalização, Deputado Artagão, possa reunir essa comissão e solicitar a receita, para saber quem são os devedores e de quantos REFIS eles participaram ao longo desses 16 anos. Foram 10. De quantos cada um deles participou? Eu e o povo do Paraná queremos saber. Esse REFIS virou moda para alguns empresários do Paraná? Porque sempre há dúvida: se não quer pagar o Estado, como tem dinheiro para a campanha?

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário das Lideranças: PDT; PMDB; PPS/PMN; PSB/PRB/PV; PT; PSDB; Liderança da Oposição; Liderança do Governo.

(Todos declinam)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 171/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa para a Cidade de Piraí do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 172/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a pavimentação da PR-364, que liga os Municípios de Irati e São Mateus do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 173/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a pavimentação das vias de acesso da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, no Município de Irati. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 174/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa para a Cidade de Imbituva, no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 175/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa para a Cidade de São Mateus do Sul - PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 176/10, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a construção de um ginásio de esportes no *campus* de Irati da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 177/10, de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Luiz Carlos Martins, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a alteração da Lei nº 13964, de 20/12/02, que concede desconto de 50% (cinquenta por cento) em eventos culturais e artísticos para doadores de sangue. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em número de 04 (quatro), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3584, de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente, requerendo justificativa de ausência da Deputada Luciana Rafagnin na Sessão Plenária do dia 14/10/10 (hoje), por estar participando de uma Plenária da FETRAF - Sul - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul - CUT em Chapecó/SC, para representar a Comissão de Agricultura desta Casa de Leis. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 3596, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 04, 05 e 06 de outubro do corrente ano, por estar com compromissos pré-agendados no período. **À Comissão Executiva.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 110/10, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/10, que institui o Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras, que tem como objetivo executar uma política de extensão nas instituições públicas ou privadas, conforme específica.

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 110/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras, que tem como objetivo executar uma política de extensão nas instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos que praticam a disseminação de conhecimentos via projetos de extensão, priorizando o financiamento de áreas estratégicas para o desenvolvimento social de populações vulneráveis.

Art. 2º O Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras deverá ser implementado segundo critérios definidos pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, utilizando, preferencialmente, aqueles que privilegiem os Municípios com indicadores sociais caracterizados por baixos IDH-M, bem como os bolsões de pobreza nas periferias das Cidades paranaenses.

Art. 3º As ações do Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras visarão o desenvolvimento da pesquisa, da capacitação e da produção tecnológica voltadas

para melhoria da qualidade de vida da população paranaense, através do fortalecimento e da constante modernização do sistema produtivo estadual.

Art. 4º O programa visa contribuir com o cumprimento da função social das instituições de Ciências e Tecnologia e Ensino Superior do Paraná por meio de parcerias com a sociedade civil organizada.

Art. 5º O Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras será lançado anualmente pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e suas despesas serão custeadas com recursos do Fundo Paraná e SETI, da seguinte forma:

I - 10% (dez por cento) dos recursos referentes aos projetos estratégicos do Fundo Paraná, estabelecidos pelo artigo 5º, III da Lei nº 12020, de 1998;

II - idêntico valor monetário em recursos do orçamento SETI, a ser incluído anualmente na Lei Orçamentária.

Art. 6º Caberá a SETI indicar as linhas de atuação do Programa Extensão Universidade Sem Fronteiras por meio de subprogramas, lançando o competente edital de seleção, indicando o número de projetos a serem aprovados, os valores de cada projeto para a concessão de bolsas e despesas necessárias ao desenvolvimento do projeto.

Art. 7º Para execução dos projetos poderão ser concedidas as seguintes modalidades de bolsas de estudos, distribuídas equitativamente entre professores, recém-formados e estudantes, conforme segue:

I - Bolsa Orientação, a professores vinculados ao ensino superior ou pesquisadores vinculados aos institutos de pesquisa;

II - bolsa a profissionais recém-formados, que tenham concluído sua graduação há no máximo 03 anos à época da seleção;

III - bolsa para estudantes de graduação, a estudantes regularmente matriculados nos cursos das Instituições de Ensino Superior do Paraná.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14/10/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Aprovado.

Verificação de votação, a pedido do Deputado Jocelito Canto.

Solicito ao 1º Secretário, Ademir Bier, que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ademir Bier**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)
Dezenove Srs. Deputados.
Não há quórum para prosseguimento da Sessão.

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimento nº 3581, de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3583, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 3588 a 3591, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3592, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3594, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3595, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 18, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 110/10.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 519/07 e 460/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 205/07 e 096/10.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/10.

Levanta-se a Sessão.

